

O CORPO FORA DE LUGAR: DE UMA GEOGRAFIA DOS INDIVÍDUOS PARA UMA GEOGRAFIA DOS SUJEITOS

Élvis Christian Madureira Ramos¹

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/CPAN (UFMS)
Corumbá, MS, Brasil

Patrícia Helena Milani²

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/CPTL (UFMS)
Três Lagoas, MS, Brasil

Enviado em 13 set. 2021 | Aceito em 31 jan. 2022

Resumo: As pesquisas geográficas tenderam a descrever e a analisar os objetos espaciais e as pessoas como agrupamentos homogêneos, não os valorizando como corpos sob múltiplas interseccionalidades e sociodiversidades, mas, sob categorias abrangentes e/ou quantificações. A pluralidade social e suas camadas mais profundas foram aos poucos aplainadas na reprodução e na microescala do cotidiano. O objetivo deste texto é esclarecer esta tendência nas pesquisas geográficas e evidenciar o movimento que se fortalece na ciência dentro da virada cultural e espacial em que os indivíduos “homogêneos” são vistos e estudados como sujeitos sociais, com corpos, biografias, desejos e sentimentos diversos, situados em um tempo e espaço. Colocamos a possibilidade de transpor uma geografia do singular para uma geografia do plural, da homogeneidade para a consideração das diferenças, dos indivíduos que compõem uma população para as análises dos sujeitos sociais corporificados que integram o processo de produção do espaço.

Palavras-chave: corpo; ciência geográfica; produção do espaço.

THE BODY OUT OF PLACE: FROM A GEOGRAPHY OF INDIVIDUALS TO A GEOGRAPHY OF SUBJECTS

Abstract: The research in geography has tended to describe and analyze spatial objects and people as homogeneous clusters rather than as bodies under multiple intersectionalities and social diversities, i.e. under comprehensive categories and/or quantifications. Social plurality and its deeper layers were gradually flattened in the reproduction and microscale of everyday life. The aim of this text is to clarify this trend in geography research and highlight the movement that became stronger in science in the cultural and spatial turn in which “homogeneous” individuals are seen and studied as social subjects, with bodies situated in time and space, with biographies, desires, and various feelings. We present the possibility of transposing a geography of the singular into a geography of the plural, homogeneity into the consideration of differences, individuals who make up a population into the analyses of the corporificated social subjects that integrate the process of space production.

Keywords: body; geographical science, space production.

EL CUERPO FUERA DE LUGAR: DE UNA GEOGRAFÍA DE LOS INDIVIDUOS A UNA GEOGRAFÍA DE LOS SUJETOS

Resumen: La investigación geográfica tendió a describir y analizar los objetos espaciales y las personas como grupos homogéneos no valorándolos como cuerpos bajo múltiples interseccionalidades y diversidades sociales, sino bajo amplias categorías y/o cuantificaciones. La pluralidad social y sus capas más profundas se fueron aplanando gradualmente en la reproducción y en la microescala de la vida cotidiana. El objetivo de este texto es aclarar esta tendencia en la investigación geográfica y resaltar el movimiento que se fortalece en la ciencia dentro del giro cultural y espacial en el que los individuos “homogéneos” son vistos y estudiados como sujetos sociales con cuerpos situados en un tiempo y espacio, biografías, deseos y sentimientos diversos. Planteamos la posibilidad de transponer una geografía del singular a una geografía del plural, de la homogeneidad a la consideración de las diferencias, de los individuos que componen una población para los análisis de los sujetos sociales corporificados que integran el proceso de producción espacial.

Palabras clave: Cuerpo; Ciencia Geográfica; Producción de Espacio.

1. Doutor em Geografia pela FCT/UNESP e professor e coordenador do Curso de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/ Campus do Pantanal. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6245-6850>. E-mail: elvis.ramos@ufms.br

2. Doutora em Geografia pela FCT/UNESP e professora dos cursos de Graduação e Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus de Três Lagoas. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9434-5584>. E-mail: patriciah.milani@gmail.com

Introdução

Ainda que nos últimos anos o corpo finalmente tenha começado a se evidenciar no campo do conhecimento geográfico, sobretudo desde as novas geografias que emergiram a partir do final do século XX, como as geografias feministas (LONGHURST, 1996; SILVA, 2009), o fato é que ao longo da sua história a geografia ignorou a dimensão íntima e política do corpo como expressão dos sujeitos e dos seus múltiplos agenciamentos, expressos em termos de classe, gênero, raça, identidade e performances (HAESBAERT, 2020).

A defesa neste texto é que o corpo não deveria estar fora de lugar na geografia, e o primeiro argumento nessa defesa é que as corporeidades humanas não são uma externalidade em relação ao espaço, mas, na linha do pensamento lefebvriano, aquilo que também o constituem. Não há um ser e o nada (espaço vacante), mas espaços corporificados pelos sujeitos sociais que, nas suas relações de trabalho e representações, formam parte da produção histórica e social do espaço. Não é apenas uma questão de representar o sujeito como uma consciência, mas de situá-los na produção histórica-geográfica do mundo (LIMA, 2014, p. 13)

E é na mundanidade do cotidiano que as corporeidades vão inegavelmente constituir a dimensão espacial. Afinal, é com o corpo e por meio dele na relação com o mundo e nas interações sociais que produzimos espaços, que os dotamos de sentido, dimensões e representações. Ao mesmo tempo, os espaços não são instâncias da realidade passíveis, mas também implicam a maneira como nos posicionamos no mundo ou somos classificados.

Em realidade, o corpo nunca deixou de fazer parte da produção do espaço (LEFEBVRE, 2013), nem o espaço deixou de fazer parte das próprias corporeidades na sua multiplicidade. Aliás, como destacou Silva *et al.* (2019, p. 73) a própria abordagem lefebvriana não reduz o espaço a uma instância tão-somente econômica. Não podemos eclipsar o fato que as corporeidades estão na constituição e representação do espaço, mas que foi algo negligenciado pelas interpretações mais voltadas à dimensão econômica.

O espaço na sua constituição material, lógica e simbólica, ou ainda, como instância econômica, política e cultural são construções sociais mediadas pelos sujeitos. E é como corpo que os sujeitos são tangíveis, concretos e contraditórios. Disso resulta, um espaço corporificado, denso de distinções sociais, classificações, afetos, memórias e outras tantas dimensões que são parte da permanente construção social e espacial do mundo. Portanto, é na corporeidade que os sujeitos são e estão no mundo. Como corpo se distinguem e se identificam, bem como, são parte do espaço e do tempo.

Desse modo, escapa ao cognoscível e a experiência concreta do mundo que haja espaços sem corpos e corpos sem espaço, pois a própria experiência concreta do mundo é uma experiência inextrincável enquanto corpo, tempo e espaço.

Pode-se então falar de uma geografia sem corpos? E aqui entra outra assunção, pois valorizar o estudo das corporeidades, pressupõe a mediação entre uma geografia do idêntico/repetição³ para uma geografia da diferença ou, em outros termos, de uma geografia de indivíduos abstratos para uma geografia dos sujeitos sociais – um salto epistêmico importante, pois se encara a espacialidade não apenas numa densidade material tridimensional, mas também nas dimensões das diversidades que formam o embaraçado, mas concreto tecido sociocultural.

Este é um trabalho que apesar das suas poucas páginas abarca um horizonte amplo e profundo relacionado com a presença/ausência das corporeidades nas análises sociais e, sobretudo, na

³ Utilizamos aqui, sob nossa interpretação, a distinção deleuziana (2006) entre conhecimento como repetição que se prende ao regular e idêntico, que transcende as contingências, e um conhecimento da diferença, que se prende àquilo que o faz se distinguir de outros.

ciência geográfica. Por isso, existe a chance de surgirem algumas lacunas ou a condensação de autores e escolas. Mas esse é o risco que aceitamos correr, em benefício de algo maior nesse momento histórico de perniciosas polarizações políticas e ideológicas, que é o de pensar e evidenciar o corpo na sua concreta, contraditória e conspícua centralidade neste mundo. Pois é fato que o corpo está em quase todas as discussões centrais do mundo moderno: família; gênero; geração; saúde/pandemia; sexualidade; ética; exposição nas mídias/publicidade; concepção/contraconcepção; trabalho e claro no espaço.

Por isso, consideramos esta uma discussão central e inadiável, pois coloca a geografia simultaneamente dentro de um debate cultural, político e ético quanto a uma geometria de poder (MASSEY, 2008; BOURDIEU, 2013) composto por assimetrias, lutas sociais, hegemônias/heterogenias. As geometrias de poder implicam o cerceamento, rebaixamento e/ou segregação de classes sociais, gêneros, grupos etários numa democracia não apenas social, mas espacial, pois são implicações que têm consequência nos direitos e garantias de ser, pertencer e viver nos espaços

Cumpramos apontar que, do ponto de vista metodológico, a escolha dos autores e correntes de pensamento evidenciados neste trabalho foi ancorada naquilo que se encontra de mais representativo em termos de discussão das corporeidades no pensamento social e geográfico.

Em termos de método de discussão nos apoiamos simultaneamente na dimensão discursiva, dialética e comparativa:

- Discursivo: pois aponta claramente diferentes escolas e correntes geográficas do universo da ciência, em relação com o tema dos sujeitos sociais e suas corporeidades.
- Dialético: discute argumentos criticamente nos seus contrapontos e num sentido histórico, material e simbólico.
- Comparativo: pois avalia o estudo do corpo em outras ciências sociais e compara com a geografia.

No âmbito da produção científica brasileira realizamos uma pesquisa das publicações da revista Boletim Paulista de Geografia que abrangem um grande arco temporal que vai de 1949 até 2019, buscando compreender as presenças e ausências do debate do corpo na geografia. O processo de categorização e análise dos números da revista se deram primeiro identificando os títulos onde se destacavam algum tipo de sujeito social (grupo, comunidade, coletivo). Em seguida, os artigos que abrangiam as práticas de sujeitos sociais eram lidos, identificando aspectos (descrição e discussões) que tornavam implícito ou explícito o tema da corporeidade.

A razoabilidade dos argumentos que levantamos e discutimos está relacionada a uma potência explicativa e não à confirmação por meio de indicadores quantitativos. Apesar disso, a discussão de uma bibliografia ampla e a análise do tema da corporeidade com base em uma revista científica plural, em termos de publicações, que aqui realizamos, denotam um avanço dos estudos da corporeidade nas ciências sociais e na geografia.

Por último, estruturamos esse trabalho da seguinte maneira: destacamos como o corpo foi desenvolvendo seu lugar no âmbito das ciências sociais, em seguida buscamos explicar como o corpo se inseriu na geografia, distinguindo as abordagens que ora lhe ocultaram, ora lhe deram alguma visibilidade. Na última parte, demos atenção no que nos parece o momento em que a geografia se volta aos sujeitos e suas corporeidades, em torno dos novos paradigmas teóricos (como o miltoniano, lefebvriano e as geografias feministas) que abrem outras possibilidades de encarar os

corpos não apenas como epifenômenos, mas como parte integral dos agenciamentos, que refletem assimetrias, desigualdades e geometrias de poder.

O lugar do corpo no contexto científico e filosófico

Não se pode negar que as clivagens sociais e simbólicas têm no corpo suas primeiras ordens de referência, recortes e classificações. Tão logo nascemos e durante a vida, somos classificados e diferenciados em face de diversos marcadores anatômicos, comportamentais e expressivos: físico ou intelectual; racional ou emocional; rebelde ou dócil; belo ou feio; negro, amarelo, branco; infantil, maduro, velho; sexual, assexual, demissexual, etc.

Estas não são classificações neutras – todas guardam um peso que, a depender do contexto social e histórico, tem raízes ideológicas e advêm da afirmação de um grupo sobre outro ou, ainda, servem para regular direitos civis e sociais. A maneira como alguém anda, fala, gesticula ou se expressa sexualmente é parte dos julgamentos sociais, étnicos e estéticos. Desses julgamentos decorrem formas diversas de inclusão, exclusão, estigmatização, marginalização (BOURDIEU, 2013).

Contudo, o corpo também é um lugar de resistência, e são essas resistências vindas de vários níveis e segmentos sociais que o tornam uma instância de luta no espaço e na vida social. São lutas para se determinar enquanto corpos livres e afirmar seus direitos.

Não se pode, porém, ignorar que as filosofias e as ciências sociais têm um papel central nas reflexões e nos paradigmas de corporeidade. Algumas delas fincaram raízes profundas nas maneiras como entendemos o corpo. Vamos destacar algumas dessas reflexões, que, embora breves, acreditamos ser centrais, pois nos possibilitam situar o papel do espaço na corporeidade e são uma referência comparativa com o que se sucedeu com a geografia e sua própria abordagem das corporeidades.

De entrada, temos as cosmovisões filosóficas, muitas das quais herdaram da tradição platônico-aristotélica a distinção entre corpo como entidade material e a alma como entidade incorpórea que anima o corpo. Essa distinção separatista fazia do corpo uma entidade *res extensa*, isto é, uma parte separada de um intelecto, de uma alma ou qualquer outra substância tida como incorpórea.

Outras epistemologias reafirmaram essa dualidade, mas sob outros prismas, sobretudo distinguindo um sujeito dotado de uma racionalidade e o corpo como um instrumento do sensível, o que opôs racionalistas e empiristas. Outras encararam o corpo como terreno das paixões e sensibilidades e a mente como terreno das construções intelectivas, opondo objetivistas e subjetivistas. Houve, ainda, a oposição entre o movimento racionalista e romântico tanto inglês quanto alemão no século XVIII.

Atualmente, as questões têm sido deslocadas para o terreno da mente e da consciência, e o corpo é novamente dicotomizado. Porém, em vez de falar de substâncias separadas (físicas e não físicas), advoga-se um dualismo de propriedade em que estados mentais têm relativa autonomia sobre os estados físicos (SEARLE, 1998).

Essas dicotomizações foram o centro da análise de Merleau-Ponty (2003), que se dedicou a criticar e desenvolver uma filosofia além das dualidades e da visão do corpo como uma espécie de receptáculo habitado por conceitos e abstrações incorpóreas. Para Merleau-Ponty, o corpo é uma

entidade ativa, de modo que ideias, consciência, objetividades, experiências e percepções⁴ são sempre racionalidades e imaginações produzidas por um corpo atado ao seu mundo.

Se o problema do corpo na filosofia era lidar com as dicotomias mente e matéria ou superá-las, já nas ciências sociais que viriam a se firmar entre século XIX e XX, o desafio era situar as corporeidades com todas as suas diferenças e contingências dentro de um ordenamento explicativo universal, que transcendesse o mundo caótico dos fatos.

O desafio era encaixar as corporeidades na sua intrínseca condição de diferença, individuação e biossocialidade dentro de sistematizações teóricas, que mais estavam interessadas na apreensão do transfactual (leis sociais, regras invariáveis, de uma dialética da história, dos estruturalismos etc.) do que em se prender ao contingente da vida cotidiana. Em realidade, os corpos até tinham certo reconhecimento na empiria das pesquisas e observações, sobretudo em suas externalidades, mas não tinham uma representatividade teórica de mesma proporção.

Os marxistas, por exemplo, embora em suas análises criticassem o escorchantes trabalho de homens, mulheres e crianças nas fábricas⁵, pouco exploraram ou teorizaram a respeito de outras divisões e clivagens sociais, como gêneros, nacionalidade e etnia, que também faziam parte de um mesmo mundo de contradições. Já os durkheimianos entenderam os corpos como meios de individuação, mas ficaram presos aos corpos como reflexo de uma sociedade moderna e urbana em crise. Os weberianos, apesar de pensarem o social como grupos ou estamentos derivados de relações entre indivíduos, e não de uma estrutura social, não foram a fundo a ponto de se comprometer a discutir as diferenças que no nível das ações cotidianas e corpóreas, criavam dissidências dentro desses mesmos tipos ideais.

Contudo, o corpo não seria ignorado por mais tempo. Primeiro, com a psicanálise freudiana, o corpo se desprende do organicismo e adquire o *status* da linguagem do inconsciente, dos desejos e repressões⁶. Depois, foram as pesquisas sociais mais voltadas ao cotidiano e às sociabilidades, que também evidenciaram a importância de entender o corpo como entidade em intersecção entre o indivíduo e a sociedade.

Essas pesquisas tiveram um papel importante nas ciências sociais, pois também tinham como compromisso epistêmico ir além do corpo orgânico, por isso investigaram a corporeidade numa abordagem histórica e social, reconhecendo nas expressividades corporais (gestos, expressões físicas e ações) sentidos sociais e simbólicos nos espaços e tempos.

No início do século XX destacaram-se os trabalhos de Georg Simmel, Marcel Mauss, Norbert Elias, Robert Hertz, David Efron e outros oriundos da Escola de Chicago. Esses estudos focavam nas técnicas do corpo em diferentes situações e espaços (trabalho, lazer, rituais) e que pareciam longe de um padrão universal, como nas formas de gestualidades, nas etiquetas corporais e nos tipos de distinções que as conjugavam e nas formas de apagamento do corpo em face de tabus e regras religiosas (LE BRETON, 2010).

Outra virada corporal se dá a partir da segunda metade do século XX. Destacam-se as reflexões críticas de Goffman (1988), Foucault (1987) Baudrillard (1995) e Bourdieu (2007) entre outros pesquisadores sociais⁷. São reflexões e discursos que abrangem amplo arco de análises e matizes

4 Ponto de vista também partilhado por Lefebvre (2013) na sua noção de corpo. Como veremos adiante, ele trabalha com a transposição da dicotomia entre corpo e mente.

5 É uma referência neste caso à obra de Friedrich Engels de 1845 – “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”.

6 O corpo como linguagem foi posteriormente uma proposta continuada e aprofundada por Lacan, corpo como fundamento da noção do Eu e sujeito (CUKIERT, M.; PRISZKULNIK, 2000).

7 Ainda que destoe do sentido teórico-crítico desses autores, vale mencionar o importante trabalho antropológico de Edward Hall (1981) sobre proxemia, isto é, as interações, afetos, comportamentos e percepções corporais que se regulam em face das dimensões e distâncias espaciais.

teóricas e se dirigem criticamente às formas explícitas e sub-reptícias de poder sobre os corpos emanadas institucionalmente e à onipresença passiva do corpo como símbolo de consumo, lazer e prazer na sociedade de massa.

É uma virada que desloca os estudos dos corpos como reflexo de uma trajetória histórico-cultural para inseri-los nos espaços da intimidade, das ideologias e das dominações micro e macropolíticas. Entram em cena questões como as hedonizações e erogenizações artificializadas que objetificam o corpo e as violências simbólicas e morais que cerceiam os corpos e suas liberdades. É uma virada que começa a dar atenção aos diversos grupos e segmentos sociais (migrantes, mulheres, negros/negras, comunidades tradicionais) enquanto corpos negados e apartados.

Os espaços da vida social adquirem importância nessas análises, pois são onde ocorrem as interações sociais e as diversas formas de assimetrias e desigualdades. São espaços onde se refugiam os perseguidos ou onde eles reforçam seus laços, expressam suas sexualidades, performances e culturalidades. E, quando o espaço adquire uma importância nos desvelamentos das desigualdades e diferenças, é que o corpo também adquire alguma projeção nos estudos geográficos, como veremos adiante.

Da geografia dos indivíduos para a geografia dos sujeitos

A superfície corpórea e fenomênica que constituem os espaços tem ficado marginalizada ou subteorizada na geografia como ciência. Uma importância maior foi dada ao poder das técnicas nas mudanças do meio, na lógica da organização espacial e nas análises conceituais do espaço.

Isso pode ser demonstrado a partir de publicações geográficas de longo horizonte de existência, como Boletim Paulista de Geografia⁸ tradicional revista da geografia brasileira, que apesar de regional acompanhou as várias tendências e temas da geografia desde 1949. Contudo, até 2019 ao longo dos seus quase 450 artigos podemos encontrar apenas sete artigos que centravam compreensão explícita nos sujeitos, suas corporeidades e práticas espaciais concretas, como é caso dos artigos de Humberto de Campos em “Os vareiros do Rio Parnaíba” e o artigo de Eliane Sebeika Rapchan “O mito do corpo, na terra, na planta: reflexões acerca dos posseiros do vale do Pindaré-Mirim”. Contudo, uma guinada ocorre, numa edição especial em 2020 em torno das relações étnico-raciais, em que são discutidas de forma central o tema da racialidade na geografia.

Em geral, tanto os objetos espaciais quanto seus processos e relações estiveram mais evidenciados que os sujeitos sociais que os geram nas suas intencionalidades, significações e interações. Como, bem destacou Lima (2014) o sujeito ficou durante muito tempo fora de lugar na geografia.

Não obstante, é verdadeiro que a corporeidade, ainda que não fosse uma centralidade epistêmica, nunca deixou de estar implícita na empirização geográfica. Isso pode ser afirmado, pois o corpo ou os corpos estavam presentes nos estudos da formação territorial e nos levantamentos populacionais, de gênero de vida e etnogeográficos. Estavam “presentes”, mas como coadjuvantes, como parte da paisagem, não raro sob vieses hegemônicos, tais como os etnocentrismos, racialismos, neocolonialismos ou, ainda, subsumidos por paradigmas epistêmicos lógico-conceituais, quantitativos e externalistas.

⁸As publicações do Boletim Paulista de Geografia podem ser encontradas no site: <https://www.agbsaopaulo.org.br/10-historia-da-agb-sao-paulo/28-boletim-paulista-de-geografia-bpg-desde-o-n-1-1949-online>.

É até possível, para efeito de uma visão panorâmica, distinguir cinco grandes abordagens sobre a presença/ausência do corpo na geografia, ainda que não absolutamente estanques entre si, mas transicionais e às vezes até justapostas:

- Geografia geral, interessada no conhecimento físico-matemático da superfície da Terra.
- Etno/corográfica, centrada na descrição dos costumes, em que o corpo é parte de uma taxonomia regionalista e cultural;
- Naturalista e exploratória, em que os corpos são abordados em termos de adaptação a um espaço ou meio preexistente;
- Lógica-conceitual, que adentra o século XX; uma geografia dos lugares, e não dos sujeitos, voltada aos aspectos demográficos e às descrições dos arranjos espaciais, mas indiferente à multiplicidade dos sujeitos. Em resumo, os corpos são reduzidos a formas estáveis e idênticas no espaço.
- Sociocultural, que emerge no final do século XX, em que o corpo começa a ter um lugar como fundamento das percepções espaciais, afetos, práticas espaciais e como entidade central no entendimento das diferenças de afetividades, sexualidades, gêneros, redes sociais e estilos culturais.

De fato, é possível reconhecer, com certo detalhamento, os costumes e saber-fazer de povos antigos numa geografia etno/corográfica, há muito esquecida e que tem suas origens em Heródoto e Estrabão, ou ainda numa geografia cultural estadunidense (Escola de Berkeley) do começo do século XX, em que as paisagens são também estudadas pelas práticas dos povos em relação ao meio, como o modo como cultivam a terra e estabelecem seus territórios (CAPEL, 1987; CLAVAL, 2007; BERDOULAY, 2012).

Apesar de enxergarem as comunidades e grupos de forma histórica e corpórea, essas etnogeografias tinham um interesse maior no entendimento do próprio meio como entidade totalizante. Esse holismo em primeiro plano deixava de lado o interesse nas interações e subjetividades construídas diferencialmente e que colocavam em xeque uma suposta e absoluta coesão interna entre esses grupos territoriais.

Outra variante da perspectiva homem e meio derivou de Hipócrates (460 a.C. – 377 a.C.) e fincou raízes profundas na geografia quanto à analogia entre micro e macrocosmos. O que ocorre no meio influencia os corpos na sua saúde e temperamento. Em certos momentos, a geografia lablachiana dos gêneros de vida incorporou o ambientalismo hipocrático, sobretudo a ação do clima na tipologia e costumes dos povos (CLAVAL, 2011).

Contudo, um importante avanço na geografia do cotidiano e das corporeidades se deu a partir dos anos de 1960 com a *time geography*⁹. Essa corrente geográfica acentuava a observação das corporeidades e ações no tempo e no espaço, das atividades diárias e das formas de integração ao meio ambiente. Porém, como destacou Rose (1992), apesar de acentuar processos lógicos de

9 Esta corrente de estudos geográficos fundada por Torsten Hägerstrand ressalta como os indivíduos coordenam tempos e espaços em suas atividades diárias, como estabelecem rotinas, ações e alterações do meio com base em suas localizações (casa, trabalho, cidade...). Esta perspectiva ecológica mira na integração do homem ao seu meio. Contudo, a *time geography* e outras vozes importantes deste momento mais corpóreo da geografia, como Eric Dardel (1899-1967), foram consideradas *outsiders* e ficaram à margem da geografia acadêmica oficial. Dardel, por exemplo, não fazia parte dos círculos franceses que produziam a geografia humana do seu período. Porém, isso lhe permitiu pensar de forma diferente da instituída naquele momento. Isso mostra que, desde as primeiras vozes e proposições alinhadas à uma geografia corpórea, a tendência era do estranhamento ou marginalização (LINDÓN, 2006).

conduta, essa geografia omitia aquilo que se manifesta de forma intrínseca enquanto corpo, que são as motivações, intenções, desejos para os movimentos e trajetórias.

Outro avanço também a partir da segunda metade do século XX foi a publicação de *Geografia da Fome*, de Josué de Castro – obra de enorme valor social e epistêmico, que explicou o problema da fome além de seu aspecto fisiológico, enfocando suas questões sociopolíticas e ambientais na dimensão espacial. Nessa obra, o corpo não é ocultado e é visto como uma entidade biossocial central no entendimento das mazelas e injustiças sociais. Todavia, esse avanço não teve continuidade significativa na ciência geográfica.

Apesar da presença corpórea nas geografias supracitadas, o fato é que, durante maior parte do século XX, o que predominou foi uma geografia incorpórea, que *a fortiori* estava voltada para as sínteses populacionais, regionais e econômicas, uma geografia alinhada ao idêntico e indiferente ao problema das assimetrias sociais nas populações. Foi também o período em que a geografia assumiu um instrumentalismo ligado ao planejamento estatal e das regionalizações. Se existia um corpo nessas geografias, esses são os objetos espaciais e seus arranjos.

Apesar das muitas linhas e temas de pesquisa nessa fase caudalosa da geografia como ciência, é possível identificar três pressupostos que ajudam a entender a primazia dessa incorporeidade nesta ciência: a) dualidades ontológicas e epistêmicas de fundo ambiental; b) o predomínio do externalismo epistêmico e c) os formalismos lógicos generalizantes.

Assim como nas filosofias e ciências sociais, as dualidades também fizeram parte do universo disciplinar geográfico em sua gênese. Vemos isso na disputa entre naturalistas-universalistas, que apoiavam uma geografia física, e os historicistas-particularistas, que defendiam uma geografia humana, entre deterministas e possibilistas em relação ao papel do homem na mudança do meio e entre uma geografia nomotética ou ideográfica no que tange ao alcance explicativo de um método científico.

Essas dicotomias tinham em comum o interesse maior, senão exclusivo, de estabelecer bases para uma ciência empiricamente fundada em princípios que guiassem a investigação do espaço/meio. Física ou humana, possibilista ou determinista, excepcionalista ou generalista, a questão era determinar quais propriedades do meio ou espaço conduziam para o entendimento das formas e arranjos materializados na superfície terrestre.

Mesmo quando havia referências praxiológicas da ação humana na modelagem do meio, ou no desenvolvimento de técnicas diferenciadas pelos grupos, ou até mesmo de uma práxis revolucionária no espaço, o interesse não estava no sujeito na sua corporeidade enquanto constituinte da produção do espaço, mas em fundar prioritariamente uma perspectiva sobre o espaço como uma entidade em si mesma.

O realismo externalista foi outro pressuposto importante que ajudou a entender uma geografia incorpórea. A defesa do externalismo esteve sempre associada com a visão clássica de uma ciência tangível pela observação dos fenômenos e corpos humanos (comportamentos) no espaço em vez das observações a partir da internalidade dos corpos em direção ao espaço (STRAWSON, 2002).

Mas também é certo dizer que o externalismo representou um avanço na geografia, uma vez que o espaço não estava reduzido a uma categoria apenas apriorística e cognitiva, como no subjetivismo kantiano. O espaço não estava apenas na cabeça das pessoas – o espaço era o mundo, suas superfícies e paisagens. Entidades como relevo, clima, países, regiões podiam ser reconhecidos e objetivados pela identificação de suas causalidades, regularidades, formas e distribuições (HARTSHORNE, 1978; DEBARBIEUX, 2004).

Contudo, as descrições causais do externalismo em geografia acabaram se juntando aos formalismos lógicos, isto é, categorias que aplainavam as diferenças em prol de uma objetividade

sem rostos ou pessoalidades. Daí também a relativa facilidade com que a geografia abraçou e transpôs para suas análises os economicismos, estruturalismos e positivismos, que forneciam um grande arsenal conceitual e teórico.

Essa objetividade incorpórea resultou em um avanço científico, pois deu um caráter mais sistemático aos estudos geográficos, sobretudo nas questões de grandes escalas (nacionais e regionais). Contudo, o preço pago por isso foi a subcategorização do cotidiano e das corporeidades, ou a redução da vida social e suas escalas a subprodutos dos assuntos estruturais mais amplos, sobretudo econômicos.

Tanto o externalismo quanto o aparato conceitual que o envolveu posteriormente desconsideravam os relatos e percepções em primeira pessoa, ficando incompletas as explicações das espacialidades produzidas pelos sujeitos no âmbito de suas diferenças, posicionamentos e nas microescalas. O externalismo praticado pela geografia e nas ciências sociais reduziu as subjetividades/corporeidades a contingências, isto é, uma fonte de informação desnecessária na explicação e sem efeito causal relevante (MORIN, 1996).

Esse estado de coisas é muito claro, por exemplo, na geografia das populações que, por meio de adjetivos gerais (absoluta, relativa, urbana, rural, etc.), parecia responder de uma vez o problema de se compreender todo o mosaico de diferenças entre grupos e segmentos da vida social e espacial.

Se, em contrapartida, as outras ciências sociais já discutiam a corporeidade desde o início do século XX, a geografia pouco se interessou por um espaço corporificado, tampouco com ele se encantou. Não esteve atenta ao fato, tal como Lefebvre ([1974] 2013) tinha alertado e discutido, de que os espaços sociais não eram apenas contornos que delimitavam grupos sociais ou receptáculos de objetos e pessoas, mas espaços produzidos pelos sujeitos sociais em diversos e justapostos contextos de lutas, assimetrias e contradições. Ou seja, o espaço era mais que uma entidade tridimensional quantitativa.

O reconhecimento desse tecido socioespacial composto e justaposto de diversas formas de expressividades, interações e hibridizações tendo os corpos como parte da constituição dessas espacialidades foi algo tardio na geografia: só ocorreu nas últimas décadas do século XX, no contexto da virada espacial e cultural.

Num sentido geral, a virada espacial e cultural na geografia decorreu da transposição de diversas correntes teóricas, agendas políticas e pautas de movimentos sociais que, desde os anos de 1960, irromperam sobretudo no Ocidente. Foram lutas por diversas formas de emancipação – política, cultural, racial, sexual – e movimentos contraculturais, ecológicos e urbanos.

O que parecia ficar claro para esses movimentos é que as tradicionais cosmovisões e dicotomias já não davam conta de explicar e conformar o sentido das autonomias e reivindicações dos novos atores na sociedade, sejam reformistas ou radicais, todos esses movimentos e frentes colocaram em xeque tanto o *establishment* político quanto o acadêmico.

A geografia não ficou imune a essas pressões e movimentos, houve uma revisão nos seus métodos, temas e abordagens. Ela voltou a se aproximar do cotidiano, pois já não parecia fazer mais sentido subsumir a vida social nem aplainar o relevo das contradições socioespaciais com base em modelos ou classificações gerais. A questão se deslocou de uma busca por uma linguagem científica e supostamente neutra¹⁰ e universal para uma linguagem que desse voz ao múltiplo da realidade social.

10 Apesar de muitas variações, algumas correntes ligadas a modelagem e matematização da Geografia estavam inclinadas para o positivismo lógico, isto é, da conversão da realidade espacial numa linguagem universal.

Essas linguagens ou correntes se deram inicialmente sob influências historicistas e fenomenológicas e, diferentemente da ciência externalista, valorizavam o internalismo, isto é, as percepções e outros sentidos de experiência espacial ou sentidos de lugar. Entre os expoentes dessas novas geografias, destacam-se Eric Dardel¹¹ ([1952] 2011), Yi-Fu Tuan ([1974] 2012) e Leonard Guelke (1974) e uma geografia estética, com trabalhos voltados para a compreensão das geografias nas produções artísticas e literárias (KAUFMANN, 2004).

Houve também releituras do marxismo conforme as quais se passou a compreender o espaço não apenas como um recurso, mas como parte ativa das relações de troca e dos movimentos sociais, seja no espaço agrário ou no urbano (HARVEY, [1973], 1980); LEFEBVRE, [1970] 1978; [1970] 1999.

Porém, a virada espacial do sujeito social veio acompanhada da virada cultural e tecnológica. De início, as inovações tecnológicas nos transportes, comunicação e informações, sobre uma base espacial reticulada e densa, ampliaram o grau e volume das interações espaciais. Também impactou a divisão espacial do trabalho, que se globalizou devido ao poder de alcance das escalas de circulação de mercadorias e informações, cuja geometria também afetou a relação centro e periferia nas trocas econômicas de países e regiões.

Culturalmente, a maior interligação de pontos no espaço significou não apenas o aumento do trânsito cultural das pessoas entre locais e regiões como também os novos meios de comunicação de massa multiplicaram a difusão de conteúdos numa escala transnacional. Eram novas formas de interações sociais desencaixadas do local, que, sob ações a distância, se ampliaram como redes de sociabilidade e diversas possibilidades identitárias.

A heterogeneidade sociocultural já não estava apenas espalhada na forma de comunidades agrícolas ou remotas: concentrou-se de maneira mais complexa nas cidades. Do ponto de vista da pesquisa geográfica, não havia mais um espaço simplesmente tridimensional e biunívoco, ou seja, uma população supostamente homogênea e seu espaço, mas espaços justapostos ou fragmentados em face das heterogeneidades corpóreas, étnicas e culturais.

Tudo isso impôs a redefinição de cultura, que se deslocou de uma concepção orgânica, local e fixa para uma ideia de pluralidade e de culturas em trânsito sob diferentes transterritorialidades e hibridizações. As sociedades urbanas passaram a ferver com culturas e microculturas sob um espaço de alta fluidez e mobilidade, uma difusão mais reticular e ubíqua no espaço que desencaixava e encaixava formas de consumo e identitarismos em diferentes lugares, mas também gerando tensões e conflitos. Estas discussões foram abordadas por diversos autores: BHABHA, 1998; GIDDENS, 2003; APPADURAI, 2004; CLIFFORD, 2000; CANCLINI, 2013; HAESBAERT, 2004, e TURRA NETO, 2012.

Por isso que em geografia a ideia da cultura como uma entidade superorgânica e explicativa já não fazia sentido nas sociedades complexas e urbanas (MCDOWELL, 1996). O espaço tornara-se multifacetado justamente em face não de uma cultura unívoca e de uma suposta unidade orgânica, mas de culturas, no plural, que passaram a coexistir de forma não raro conflituosa no espaço. Portanto, de um espaço tridimensional e biunívoco, a geografia redescobriu um espaço multifacetado e disruptivo (MASSEY, 2008).

11 Em realidade a geografia fenomenológica de Eric Dardel fora somente redescoberta no âmbito da geografia francesa nos anos de 1970.

Intersecções, caminhos e desafios para uma geografia do corpo

Como vimos, a virada espacial e cultural possibilitou uma visão para o múltiplo, para as diferentes forças e lutas que ocorrem não apenas no espaço, mas também o produzem socialmente. A necessidade de compreender essas espacialidades múltiplas fez com que algumas correntes da geografia também se voltassem para os sujeitos sociais e suas corporeidades. Porém, ao mesmo tempo enfrentam novos desafios epistêmicos e metodológicos, pois tinham que redefinir conceitos e abordagens empíricas que dessem conta das objetividades/subjetividades dos sujeitos na produção dos seus espaços sociais.

Um exemplo disso é o avanço na compreensão e uso do conceito de escala geográfica ou social, que se coaduna com os agenciamentos sociais na escala intraurbana e com a própria corporeidade. Assim demonstra um trabalho de Smith (2000), que descreve como os sem-teto sob políticas segregacionistas e que visam ocultar seus corpos, conseguem lutar por visibilidade social saltando escalas com seus recursos móveis.

Também vale destacar os trabalhos finais de Milton Santos (2002) que contribuiu no avanço da compreensão do sujeito na geografia, ao preconizar a inseparabilidade do sujeito e objeto, ou seja, não se busca dicotomizar o mundo do pensamento/ação e o mundo material. Ou em outros termos, um *cogito* independente do *res extensa*, uma vez que não há ação ou pensamento sem um objeto.

Outro aspecto central no pensamento miltoniano, é que o sujeito não é engolido por um estruturalismo transfactual, mas é dotado de intencionalidade, no sentido de ser ativo no mundo. O avanço nessa visão ativa do sujeito é que as ações não atuam num espaço vazio, mas num espaço preexistente, onde os objetos também são dotados de intencionalidades. Em outras palavras, as ações dos sujeitos definem os objetos e os objetos também podem redefinir suas ações, em uma constante relação dialética (sistema de objetos e sistema de ações). Esse é, sem dúvida, um avanço considerável para geografia, uma vez que não se reduz a geografia apenas ao estudo de um espaço-objeto, mas se reflete criticamente no espaço dos homens, é um retorno ao sujeito.

Embora fora da geografia, destacamos a contribuição de Henri Lefebvre que a despeito de não ser um geógrafo contribuiu decisivamente para a centralidade epistêmica do espaço e da corporeidade na geografia.

De início consideramos que Henri Lefebvre foi um dos primeiros teóricos a pensar sobre a importância da dimensão espacial na reprodução do capital em relação à vida cotidiana¹². Contudo, sem querer simplificar sua ampla filosofia, vamos destacar por ora a questão do corpo e a produção do espaço por ser a que mais nos interessa neste momento.

Uma primeira proposição que extraímos de Lefebvre (2013[1974]) é que o espaço não é apenas uma externalidade, como se fosse uma entidade que apenas nos cerca, um sistema de coordenadas, ou, ainda, um lugar à espera de ocupação (palco, receptáculo). Lefebvre busca superar uma visão fragmentada do mundo, que separa em recortes discursivos ou científicos a experiência concreta de um mundo múltiplo de formas sociais.

Para se entender esse ponto, destacamos que, para Lefebvre (2013[1974]), não há sentido numa dualidade entre mente e matéria, ou objetividade e subjetividade, que separa ordens de realidades, disciplinas e mundos. Sua perspectiva é unitária, pois o problema principal com esses dualismos ou binarismos é que, quando isolamos a objetividade das subjetividades, perdemos o fato

12 Há ainda outro pioneiro importante, Michel de Certeau (1994), que também articulou de forma consistente e integrada as dimensões corporal, espacial e do cotidiano.

de que os sujeitos nas suas práticas sociais não vivem em mundos separados, uma vez que as práticas também produzem subjetividades e estas as influenciam, numa retroalimentação constante e dialética.

Sob tal perspectiva, não há como pensar o espaço externamente e objetivamente sem um corpo e não é possível como corpo pensar o espaço sem pressupor experiências e representações relacionadas a ele. O espaço se constitui de múltiplas formas, diferenças e representações cuja cognoscibilidade e materialidade são fundadas numa apreensão corpórea, concreta e unitária. Ademais, sem um corpo que vive e apreende o mundo e o representa, nem mesmo seria possível a cognoscibilidade do espaço.

O espaço pode ser externalizado matematicamente, mas ele sempre é cognoscível e experimentado como uma entidade corporificada. Justamente nessa corporificação é que se pode saltar de um espaço externo e homogêneo para um espaço concreto e triádico, isto é, o espaço é a sua percepção, representação e prática.

Nesta via, Lefebvre chama a atenção para o corpo, que, em sua relação imediata e mediada pelo espaço, não apenas se constitui de sua materialidade, como se reproduz, cria formas e estruturas (LEFEBVRE, 2013).

Pode-se dizer que o corpo, com a sua capacidade de ação e as suas várias energias, cria espaço? Seguramente. Mas não no sentido da ocupação dita como uma espacialidade fabricada; em vez disso há uma relação imediata entre o corpo e seu espaço, entre a distribuição do corpo no espaço e sua ocupação do espaço. Antes de produzir efeitos na esfera material (ferramentas e objetos), antes de produzir-se para se alimentar daquela esfera material e antes de se reproduzir, gerando outros organismos, cada corpo vivo é espaço e tem seu espaço: **ele se reproduz no espaço e também produz seu espaço** (LEFEBVRE, 1991, 170, grifo nosso).

Por isso o corpo em Lefebvre é central, pois é com e por ele que se pode pensar num espaço triádico, vivido, representado e praticado. É nessa dimensão que se revelam o múltiplo e ao mesmo tempo um imenso leque de abordagens socioespaciais, pois se podem reconhecer espaços mediados e produzidos por diversas práticas, representações e experiências em justaposições e/ou conflitos.

Portanto, é sob tal perspectiva de um espaço corporificado que se abre um enorme potencial heurístico para as pesquisas socioespaciais, pois com ela é possível entender as multiplicidades de formas e estruturas espaciais sem perder as ações dos sujeitos nas suas produções, como de um “espaço consumido”, “espaço homoafetivo”, “espaço como meio”, “espaço usado”. Não é apenas um receptáculo de coisas e objetos, mas espaços sociais, que são construídos e se projetam pelos sujeitos nas suas corporeidades práticas, vivências e representações.

Há ainda um outro aspecto importante da genealogia espacial lefebvriana, que é o desafio de pensarmos que as leis do espaço também são as leis do corpo (SILVA *et al.*, 2016). Em outros termos, as diferentes relações espacializadas regulamentam formas de participar, de se comportar, de se vestir, inclui ou exclui corpos, uma vez que as relações de poder também são corporificadas, como, por exemplo, as ligadas à sexualidade, à raça, à classe social e à origem étnica e espacial.

Não obstante, existem também, em contrapartida às hegemonias exercidas sobre toda a sociedade, os movimentos de contraordem ou contraespaços, que ocorrem como espacialidades e sociabilidades regidas pela produção das diferenças, isto é, um espaço relativo e cognoscível aos sujeitos sociais (LEFEBVRE, 2013, p. 412).

Não se deve deixar escapar que a produção das heteronomias e hegemonias nos espaços sempre esteve relacionada em Lefebvre não apenas com um espaço corporificado, mas também no

cotidiano, com suas temporalidades, compreensão que o fez desenvolver uma ciência para esse estudo – a ritmanálise ([1992], 2004).

O principal objetivo da ritmanálise é compreender a vida nos espaços por meio da observação e análise das mudanças que historicamente se projetam nos ritmos da vida concreta dos sujeitos sociais e costumam estar sob a influência de ordens próximas (locais) e distantes (extralocais). Por exemplo, o neocapitalismo de consumos dirigidos que regulam a produção da vida cotidiana e o atrofiamento da vida espontânea pelas normatizações de um urbanismo regulatório e panóptico.

A conclusão a que chegamos é que, na perspectiva lefebvriana, as corporeidades nas suas singularidades e nas experiências coletivas é que rompem com a ideia de espaço abstrato, abrem a possibilidade da existência do espaço diferencial (SILVA *et al.*, 2019) e lhe dão um caráter de concretude, sem negar sua produção de subjetividades e significados. Os estudos alinhados às geografias feministas realizam suas análises socioespaciais com base nesse entendimento.

De início, essa corrente desenvolveu uma crítica em relação às perspectivas incorpóreas¹³ da produção científica geográfica e confrontou os estruturalismos baseados em uma cultura dominante que classificava e cerceava minorias étnicas, mulheres, negros, homossexuais, sempre considerados “outros”¹⁴, que constitui uma dimensão corpórea pouco foi tensionada na geografia até então. Aliás a corrente feminista na geografia fez também aumentar os debates e publicações em torno dos sujeitos e suas corporeidades como na revista estadunidense *Gender, Place & Culture*.

Inspirada na obra de Henri Lefebvre, a geografia feminista emergiu sobretudo no contexto da virada cultural e espacial, que considera o múltiplo e promove a intersecção de diversos campos de estudos da geografia. Desse modo, a proposta das geografias feministas é trazer para o centro do debate temas e objetos de pesquisa que sempre estiveram às margens, ou mesmo que foram desconsiderados pela ciência geográfica. Também pretende centralizar os corpos destes grupos sociais pesquisados, assim como os daqueles que pesquisam, em diálogo com a produção de saberes parciais e posicionados.

Com efeito, a proposta feminista desenvolve uma visão crítica a um suposto sujeito do saber universal neutro (REA, 2018) e incorpóreo. Nisso revela-se um sujeito sócio-histórico e politicamente situado, um sujeito hegemônico, que fala e pensa a partir de seu lugar de poder, mas que impõe um olhar conquistador que não vem de lugar nenhum (HARAWAY, 1995).

Uma importante proposta da epistemologia feminista para essas totalizações não é o relativismo, mas os saberes parciais, localizados, críticos, que formam redes de conexões e articulam a política e a epistemologia crítica (HARAWAY, 1988). Isso significa fazer uma ciência a partir de sujeitos situados, corpóreos, sociopolítica e epistemologicamente localizados, cujas produções desafiam o cânone da suposta neutralidade de uma epistemologia dominante (REA, 2018, p. 90). Isso indica que o cientista social, sujeito produtor de saberes, também é corporificado; portanto, aquilo que é produzido como ciência se realiza por alguém que tem um corpo generificado e racializado (SILVA *et al.*, 2013).

13 As geografias feministas se inspiram na teoria espacial de Henri Lefebvre, mas com (re)leituras significativas. Segundo Silva *et al.* (2019, p. 73), que tecem uma crítica às abordagens brasileiras com a qual concordamos, a proposta filosófica de Lefebvre oferece muito mais que uma análise marxista clássica do espaço e vai muito além da esfera da produção; apesar de sua abordagem do espaço social ser potente para produzir um processo de corporificação do conhecimento geográfico, a filosofia lefebvriana que foi utilizada na geografia brasileira realizou uma filtragem interpretativa, privilegiando o espaço da produção econômica. A corporeidade lefebvriana, de modo geral, foi negligenciada pela interpretação geográfica brasileira. E neste momento atual é retomada em novos estudos.

14 Ao aprisionar o “outro” em seu corpo, os grupos dominantes (tendo como referente o homem branco ocidental) estão aptos a tomar sua decisão como sujeitos desincorporados, sem marcas, porque eles se constituem como referência positiva a que todos os demais são comparados (SILVA *et al.*, 2013, p. 90), a outra face dos “outros”.

Outra contribuição importante das geografias feministas para a geografia corpórea aqui proposta é o uso do conceito de interseccionalidade¹⁵, que fundamenta as diversas formas em que raça, classe e gênero se cruzam na vivência espacial dos corpos e dá lugar a aspectos estruturais e políticos próprios nas relações sociais espacializadas. Estas práticas não são colocadas como entidades/identidades já construídas, mas modeladas por identidades relacionais, e tudo isso constituído com base em negociações espaciais, que são também políticas (MASSEY, 2008).

Assim, a interseccionalidade é uma articulação de eixos, também identitários, que dão bases às desigualdades sociais e reforçam estruturas de poder, gerando posições relativas em determinados espaços e tempo (PRZYBYSZ, 2017). Isso nos permite a compreensão de que os espaços são produzidos pelos diferentes jogos interseccionais dos sujeitos sociais, corporificados.

Desse modo, o espaço passa a ser encarado como instância de cruzamento e instabilidades, em que diferentes escalas (inclusive a corporal) e experiências sociais, culturais, políticas e econômicas ocorrem e o produzem. Isso quer dizer que o espaço, também na perspectiva feminista, não é apenas um lugar/localização de sistemas de objetos, mas uma instância da realidade em que se materializa a expressão da interseccionalidade das dimensões que compõem os corpos.

Embora desafiadora, a proposta neste texto é uma abertura para uma geografia que compreenda os indivíduos enquanto sujeitos sociais, considerando as dimensões que os compõem e que se cruzam no processo de produção do espaço. São corpos detentores de cores, gêneros, classes sociais, saberes, biografias, que geram espacialidades e tecem relações de poder ou submetem outros corpos em suas negociações cotidianas. Afinal, estamos encarnados, incorporados ao mundo que, ao mesmo tempo, nos rodeia e nos constitui (HAESBAERT, 2020).

Com efeito, a compreensão das corporeidades e o espaço também se inscreve num pano de fundo inescapável na geografia - que é um debate as vezes declarado e outras vezes não, a respeito da busca em superar um crescente dualismo entre propostas objetivistas/materialistas e subjetivistas/imaterialistas de análise socioespacial. É certo que cada caminho mostra um capital heurístico irrefutável; contudo, sob um horizonte de fundo, a geografia como ciência se vê tanto na iminência de novos dualismos e desencontros como também tem a chance para novos diálogos e intersecções.

Considerações finais

O que se depreende é que a permeabilidade dos estudos geográficos às influências fenomenológicas, histórico-críticas, lefebvriana, estético-literárias, feministas, que passaram a se tornar referências teóricas e temáticas, colocam em evidência o sujeito nas suas corporeidades e sociabilidades, no plural. Combinado a isso, evidencia que o espaço não deve apenas ser visto como uma entidade preexistente ao social, mas que, por meio dos sujeitos sociais, estabelece espacialidades e geometrias diversas e em tensão. O espaço dobra e se desdobra sob diversas formas e justaposições (múltiplo, dividido, político, heterogêneo, estratificado).

Apesar de tudo, podemos identificar, sem muita hesitação, que o corpo vem conquistando algum lugar nas análises geográficas que emergem desde o final do século XX e com isso vem se desenhando uma passagem de uma geografia do indivíduo para uma geografia do sujeito, de uma geografia do homogêneo para uma geografia das multiplicidades de corpos, que reconhece nessas corporeidades o simbólico, o representacional, o afetivo, as sexualidades, os gêneros e as estéticas

15 Foi a naturalização das características materiais dos corpos que instituiu as justificativas para a manutenção de privilégios de alguns e a marginalização e subordinação de outros (SILVA *et al.*, 2013), em uma constante relação de poder entre corpos no processo de produção espacial.

e rompe, de forma sempre relativa, com a ideia de massificação dos corpos. São geografias que dão centralidade ao sujeito ativo, perceptivo, e não apenas construtivo, mas constitutivo, que produz espaços e ao mesmo tempo os leva em seus corpos por meio das memórias, identidades, comportamentos e práticas espaciais.

Não negamos que a proposta de uma geografia corpórea implique o desafio de vencer dualidades existentes na ciência geográfica, que se estabelecem entre o micro e o macro, entre as pluralidades e as generalizações, entre um sujeito universal e as visões parciais situadas. Haveria a possibilidade de pontes neste debate? Não pretendemos resolver uma problemática desta magnitude neste texto, mas, para o debate geográfico, nos parece estimulante deixá-la em aberto.

Referencias

- APPADURAI, A. (2004) *Dimensões culturais da globalização: a modernidade sem peias*. Lisboa: Teorema.
- BHABHA, H. K. (1998) *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- BAUDRILLARD, J. (1995) *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70.
- BERDOULAY V. (2012) Espaço e cultura. In: CASTRO, I.E; GOMES, P.C. C; CORRÊA, R. L. (orgs.) *Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, p. 101-131.
- BOURDIEU, P. (1996) *Physical Space, Social Space and Habitus*. Vilhelm Aubert Memorial Lecture, University of Oslo.
- BOURDIEU, P. (2007) *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BOURDIEU, P. (2013) *Capital simbólico e classes sociais*. *Novos Estudos - CEBRAP*, n. 96, p. 105–115, jul.
- CAMPOS, H. D. (2017) Os “vareiros” do Rio Parnaíba. In: *Boletim Paulista de Geografia*, n.5, 49–52. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1400/1258>. Acessado em: 8 jan. 2022.
- CLAVAL, P. (2007) *A geografia cultural*. 3. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC.
- CLAVAL, P. (2011) *Epistemologia da Geografia*. Trad. Margareth de Castro Pimenta e Joana Pimenta. Florianópolis: Editora da UFSC.
- CANCLINI, N. G. (2013) *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- CAPEL, H. (1987) *Geografia humana y ciencias sociales: una perspectiva histórica*. Montesinos editor. Barcelona.
- CAPEL, H. (2002) *La morfología de las ciudades: sociedad, cultura y paisaje urbano*. Madrid: Ediciones Del Serbal.
- CASTRO, J. de. (1946) *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro.
- CERTEAU, M. (1994) *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.
- CLIFFORD, J. (2000) Culturas Viajantes. In: ARANTES, Antônio A. *O espaço da diferença*. São Paulo: Papyrus, p. 51-79.
- CUKIERT, M.; PRISZKULNIK, L. (2000) Considerações sobre eu e o corpo em Lacan. In: *Estudos de Psicologia*, Natal-RN, n.7(1), p. 143–149.
- DAMIANI, A. L. (2012) Introdução a elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia. *Revista do Departamento de Geografia – USP*. V Especial de 30 Anos, p. 254 – 283.
- DARDEL, E. (2011) *O homem e a terra: natureza da realidade geográfica*. Trad. Werthel Holzer. São Paulo. Editora Perspectiva.
- DAVIS, A. (2016) *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.
- DEBARBIEUX, B. Présentation générale. (2004) De l'objet spatial à l'effet géographique. In: DEBARBIEUX, B; FOURNY, M-C. *L'effet géographique. Construction sociale, appréhension cognitive et configuration matérielle des objets géographiques*. Editions de la MSH, p.11-33.
- DELEUZE, G. (2006) *Diferença e repetição*. Trad. Luiz Orlandi e Roberto Machado. 3ªed. Rio de Janeiro: Graal.
- EAGLETON. T. (1993) *A ideologia da estética*. Trad. Mauro Rego Costa. Rio de Janeiro: ZAHAR Editor.
- FOUCAULT, M. (1987) *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes.
- GOFFMAN, E. (1988) *Stigma: notas da manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC.
- GUELKE, L. (1974) An idealist alternative in human geography. In: *Annals of the Association of American Geographers*, Washington, v. 64, n. 2, p. 193-202.
- GIDDENS, A. (2003) *Modernidade e identidade*. Trad. Dentzien, P. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- HAESBAERT, R. (2004) *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- HAESBAERT, R. (2020) Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. In: *GEOgraphia*, 22(48).
- HALL, E. (1981) *A dimensão oculta*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S.A.

- HARAWAY, D. (1995) Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*. n. 5, p. 7-41.
- HARTSHORNE, R. (1978) *Propósitos e natureza da geografia*. Trad. Thomaz Newlands Neto, 2ª ed. São Paulo: Hucitec.
- HARVEY, D. (1980) *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec.
- KAUFMANN, T. (2004) *Toward a geography of art*. Chicago. University of Chicago Press.
- LE BRETON, D. (2003) *Adeus ao corpo: antropologia e sociedade*. Campinas: Papirus.
- LE BRETON, D. (2010) *A sociologia do corpo*. 4.ed. Rio de Janeiro: Vozes.
- LEFEBVRE, H. (1991) *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo, Editora Ática.
- LEFEBVRE, H. (2002) *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- LEFEBVRE, H. (1978) *De lo rural a lo urbano*. 4. ed. Barcelona: Ediciones Península.
- LEFEBVRE, H. (1974) *La producción del espacio*. Trad e Introdução Emilio Martínez Gutiérrez. Madrid: Editora Capitain Swing (Col. Entrelíneas).
- LIMA, E. L. (2014) *Encruzilhadas geográficas: notas sobre a compreensão do sujeito na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Consequência.
- LINDÓN, A. (2006) Geografías de la vida cotidiana. IN: _____; HIERNAUX, Daniel; LINDÓN, Alicia (Orgs.). *Tratado de geografía humana*. Barcelona: Anthropos.
- LINDÓN, A. (2012) Corporalidades, emociones y espacialidades: hacia un renovado *betweeness*. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 11, n. 33, p. 698-723.
- LONGHURST, R. (1995) Body and geography. In: *Gender, place & culture: a journal of feminist geography*, v.2, n.1, p. 97-106.
- MCDOWELL, L. (1996) A transformação da Geografia Cultural. In: GREGORY, D. et all. (Org.) *Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- MASSEY, D. (2008) *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- MERLEAU-PONTY, M. (2003) *O visível e o invisível*. São Paulo: Perspectiva.
- NÓBREGA, T. P. (2016) *Corporeidades...inspirações merleau-pontianas*. Natal: IFRN.
- MEDEIROS, C. C. C. de. (2011) Habitus e corpo social: reflexões sobre o corpo na teoria sociológica de Pierre Bourdieu. In: *Movimento*, v. 17, n. 1, p. 281–300.
- MORIN, E. (1996) A noção de sujeito. In: SCHNITMAN, D. F. (org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 45-58.
- PRZYBYSZ, J. (2017) Espacialidades e interseccionalidades na vivência de mulheres prostitutas mães na cidade de Ponta Grossa-PR. In: *Revista Geosp: espaço e tempo*. V.21, nº 2.
- RAPCHAN, E. S. (2017) O mito do corpo, na terra, na planta: reflexões acerca dos posseiros do vale do Pindaré-Mirim. In: *Boletim Paulista de Geografia*, 67, 69–74. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/948/841>: Acesso em: 15 fev. 2022.
- REA, C. (2018) Pós-colonialidade, feminismos e epistemologias anti -hegemônicas. In: RODRIGUES, C., ANDRADE, D. S. V.; MANO, M. K, ZUCCO, M. C; Janja ARAÚJO, J. (Org.). *Territorialidades: dimensões de gênero, desenvolvimento e empoderamento das mulheres*. Salvador, p. 83-110.
- REIS, N. B. (2011) O Corpo como expressão segundo a filosofia De Merleau-Ponty. *Kínesis*, v. 3, p. 137–153.
- ROSE, G. (1992) *Feminism and Geography: the limits of geographical knowledge*. Cambridge: Polity Press.
- SANTOS, M. (2002) *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP.
- SEARLE, J. (1998) *O mistério da consciência*. São Paulo: Paz e Terra.
- SILVA, J. M. (2007) Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. In: *Revista Geosul*, v. 22, n. 44, p. 117-134.
- SILVA, J. M. (2009) Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades In: IN: SILVA, Joseli M. (Org.). *Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*. Ponta Grossa: Todapalavra, p. 93 – 113.
- SILVA, J. M.; ORNAT, M. J; CHIMIN JUNIOR, A. B. (Orgs.). (2013) *Geografias malditas: corpos, sexualidades e espaços*. Ponta Grossa: Todapalavra.

- SILVA, J. M.; ORNAT, M. J. (2016) Corpo como espaço: um desafio à imaginação geográfica. IN: PIRES, Cláudia L. Z.; HEIDRICH, Álvaro L.; COSTA, Benhur P. da. (Orgs.). *Plurilocalidade dos sujeitos: representações e ações no território*. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura.
- SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JUNIOR, A. B. (2017) “Não me chame de senhora, eu sou feminista”! Posicionalidade e flexibilidade na produção geográfica de Doreen Massey. In: *Revista Geographia*. V. 19, n.40, p. 11-20.
- SILVA, J. M.; ORNAT, M. J. (2019) O Legado de Henri Lefebvre para a constituição de uma geografia corporificada. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 3, n. 41, p. 63–67.
- SMITH, N. (2000) Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-tetos e a produção de escala geográfica. In.: ARANTES, A. (org). *O espaço da diferença*. Campinas. Papirus.
- STRAWSON, P.F. (2002) *Análise e metafísica*. Trad. Armando Mora de Oliveira. São Paulo. Discurso Editorial.
- TUAN, Yi-Fu. (2012) *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina: Eduel.
- TURRA NETO, N. (2012) *Múltiplas trajetórias juvenis: territórios e rede de sociabilidade*. Jundiaí: Paco Editorial.
- ZARAGOCIN, S. (2018) La geopolítica del útero: hacia una geopolítica feminista decolonial en espacios de muerte lenta. In: CRUZ, D.; BAYON, M. (Orgs.) *Cuerpos, territorios y feminismos*. Quito: Abya Yala y Estudios Ecologistas del Tercer Mundo.